

Breves notas sobre o notário, *chez Argan*, de Molière

(ou melhor: o reencontro de umas fichinhas amarelas)

RICARDO HENRY MARQUES DIP

Nos tempos da brilhantina (ou da gelatina)

1

P*ETRARCA*, filho de *PETRARCO* — grande notário florentino. Foi assim, na possessão dessa frase cuidadosamente memorizada, que eu, um moçoquinho de quinze anos, com cabelos cautelosa e feiamente empastados — deixo dito que pelo menos, então, cabelos, por vantagem, feios ou não, eu os tinha, e que, a meu favor, conste ainda que os livros de notas, naquela época, também eles eram gelatinosos —, mas, estava a dizer: o rapazote que eu era, com uma sentença solidamente empossada na memória, preparou-se para uma terrível paliçada: uma prova de literatura portuguesa.

Minha saudosíssima professora GUIOMAR CARAM — a quem muito eu deveria, dois anos mais tarde, o escambo das cadeias orgânicas de carbono, das estruturas do ribonucleico e da anatomia das patelas por embargos, anticreses e juízes pedâneos — tinha o vezo, decerto para lá de anacrônico, de fazer seus alunos estudar, aprender e gostar do que estudavam, aprendiam e gostavam. E deu-lhe na idéia um dia de pensar que CAMÕES tinha sido um poeta e que nós todos, os que íamos ser médicos, engenheiros, físicos, biólogos e matemáticos, teríamos de ler *Os Lusíadas* e saber-lhe o número de cantos, estâncias e versos, destes a quantidade de sílabas e se as dez em cada caso achadas eram de acentuação sáfica ou heróica, e de quebra saber ainda o que a propósito

pensava MASSAUD MOISÉS, a cujo livro, de capa azul, terminávamos por então de ser apresentados. E com toda reverência que, reconheça-se, ele bem merecia e ainda a segue merecendo.

Dava gosto imaginar que, no futuro, entre um bisturi e um fórceps, eu, que me projetava médico (à maneira de um novo Thomas Diafoirus), eu bem que poderia, se a memória não faltasse, declamar uns tantos sonetos que aquela minha estimada professora insistia em eleger na lírica camoniana, fazendo-nos, pobres alunos, por ali repeti-los uns aos outros, reciprocando-nos olhares de pavor. Graças a isso, ao largo de minhas juvenis e saudáveis cardiopatias, sempre achei na memória o consolo daquela *Raquel, serrana bela*, ou a raiva contra Labão *usando de cautela*, ou ao menos a alegria do *ocioso e cego pensamento*, a sublime fantasia em que *ainda imagino ser contente...* Já por isso e se fosse só por isso, estaria muito agradecido à minha querida professora de literatura, por quem, embora adivinhe ver nos céus, não deixo, por piedade e também por justiça, de impetrar freqüentemente a misericórdia de DEUS.

2

PETRARCA, filho de PETRARCO — grande notário florentino. Cedo descobri, antes mesmo de saber que raio de coisa era a teoria mnemônica, ser eu capaz de memorizar ordenada e facilmente ao menos até a augusta quantidade de vinte e dois nomes, contanto que divididos em dois grupos, aí enumerados de um a onze e dispostos sobre um gramado imaginário, tudo como se fossem duas equipes de futebol. ¡Não errava um só nome!

Com PETRARCA, porém, foi um tanto diferente. Interessei-me por seu nome mais do que de comum ocorria. É verdade que só na exata medida em que referia o humanismo petrarquiano como precedente mais ou menos remoto da obra de CAMÕES. Mas é certo que me interessava o pomposo nome do nosso PETRARCA, que alguma vez, em todo caso e para maior segurança, eu imaginava ser um líbero do *catenaccio* italiano, ladeado por VERGILIO e DANTE, este último que, entre um chute e um lançamento, nos meus jogos fantasiosos, acenava romanticamente para Beatriz.

Calha que me intriguei particularmente com o fato de PETRARCA ser filho de PETRARCO, pois isso de um parentesco real invadir com similitude o universo nominal me figurava como uma soleníssima extravagância. De tanto eu repetir aquela estroinice *PETRARCA, filho de PETRARCO* e dominar-lhe as letrinhas encadeadas, um dia achei curioso acrescentar às suas correspondentes oito sílabas poéticas outras oito extraídas de sua biografia: *grande notário florentino*.

3

Florentino eu até sabia o que era, e ainda hoje, como outrora, encontro no fundo da alma a esperança de no futuro poder contemplar o *Santo Tomás de Aquino* de FRA ANGELICO, que imagino deve ficar permanentemente refulgindo nas paredes da Catedral de Florença, aguardando minha acalentada visita. Que tarda, sabe lá DEUS por quê. Dos meus persistentes cinco *sonhos de pintura* — quero dizer, de contemplação pictórica — faltam-me agora ver duas obras: essa de FRA ANGELICO, de que faz pouco tempo eu tinha uma reprodução, pequena mas estimada, da qual, por meu ingênuo desaviso, me encontro agora expropriado, e *A Ronda Noturna* de REMBRANDT, cuja vista certa vez, insensato, desprezei em favor de um passeio pelos canais de Amsterdam. Faço constar ainda que renunciei faz tempo a um sexto *sonho de pintura*: o de contemplar *O Regresso do Filho Pródigo*, que desde 1776 se acha num museu da agora São Petersburgo, graças a uma simpática aquisição de CATARINA, a Grande. É verdade que eu não pisaria em Leningrado, a não ser compulsoriamente; não menos verdade é que, de bom grado, visitaria a *rebatizada* São Petersburgo. Se abdiquei do sexto sonho, não foi, assim, por motivos geográficos, turísticos e sequer subsistentemente políticos, mas porque esse *Filho Pródigo* de REMBRANDT se fez para mim um quadro já com demasiada intimidade, desde que entendi, a seu propósito, as fulminantes e contrapostas interpretações de HENRI NOUWEN. Não quero correr o risco de, eu não menos, fascinar-me de tal modo com esse “gracioso baile de natureza e arte” a ponto de me esquecer de meus demais sonhos de pintura, incluídos os três que eu já vivi: *As Meninas*, de VELÁZQUEZ, *Sant’Ana e a Virgem*, de BARTOLOMÉ MURILLO — que se acham no Prado, em Madrid — e de EL GRECO, o *Enterro do Conde de Orgaz*, um conde que não era conde, pintura que se encontra gloriosamente solitária em Toledo.

PETRARCA, o filho de um notário florentino. *Florentino*, como disse, eu até sabia o que era. Mas *notário*, saber que coisa é um *notário*, era exigir demais para um menino de quinze anos, filho de

um caixeiro–viajante (...que triste coisa é ver que ainda agora me dói, amarga, a morte de meu pai: *Uma ilusão gemia em cada canto,/ Chorava em cada canto uma saudade...*). Devo dizer logo que, entre uma e outra de suas viagens, meu pai certa vez me trouxera um dicionário, no qual breve aprendi a confortar–me de minhas insuficiências, com as quais, em todo caso, ainda hoje não me resigno. Lá estava a primeira definição semântica que encontrei para *notário*: “pessoa autorizada superiormente a dar fé dos contratos e outros actos (*sic*) extrajudiciais, em harmonia com as leis estabelecidas e vigentes”. ¡Que coisa bonita e digna! Dar fé em harmonia com as leis estabelecidas... Eu teria conferido ainda maior valor a tudo isso se então pudesse adivinhar que o mesmo dicionário andava um pouco às tontas com o conceito de *extrajudicial* que nele eu lia espantado: “o que é feito fora da vida judicial e, por conseguinte, sem as formalidades do direito”. Por um tempo estive, pois e explicavelmente, convencido de que o notário era alguém que dava fé, “em harmonia com as leis estabelecidas e vigentes”, dos atos feitos “*sem as formalidades do direito*”. Ou seja, na minha prosaica linguagem estudantil: o notário era quem legalizava o que se fazia fora do direito...

Se eu achasse um notário (com selo e tudo)

4

Devo agora confessar que jamais esperei ler o *De vita solitaria* de PETRARCA, em que o nosso autor, filho de PETRARCO, o grande notário, etc., tratou da solidão dos escritores, e, àquela altura, essa minha desesperança de menino era exatamente do mesmo tipo da que eu tinha de um dia vir a pôr-me frente a frente com um notário. Indo à pé, era manhã de chuvisco, para o “Carlos Maximiliano” (aí têm o nome da escola do moçozinho de quinze anos), fiquei aterrado em concluir que se eu me achasse diante de um notário não saberia como distingui-lo de alguém trivial, de um mortalzinho qualquer que não pudesse dar fé alguma de coisas feitas *“sem as formalidades do direito”*. Se ao menos levasse o tal notário, sobre a testa, pensava eu, um desses misteriosos e burocráticos selos que, mal proporcionados aos tempos que corriam, pudessem produzir, desvalidos, um riso saudável e (para alguns) um certo pejo...

Mas, então, se ali, meu Deus do céu, numa testa rugosa de notário, houvesse selos, ¿que seria de meu atual projeto de estudos sobre a sigilografia — ou esfragística — notarial pós-moderna? *Rectius*: uma série de estudos fantásticos revelando que, na Insula Agatháurica, o grande Dom Sancho II, o Único-*bis*, estaria ainda agora considerando a insólita oportunidade de restaurar a *“tradição do selo”*, que já fez a grandeza das aduanas, dos aduaneiros, dos atestados e dos atestadores. ¡Ah! Como me fez bem saber, por VIANNA MOOG, a relação entre o humor e a decadência social: e dizer que isso poderia agora vir adornado com selo notarial...

5

Nunca houve ocasião de eu empregar nas provas de literatura aquele PETRARCA, filho de PETRARCO, grande notário florentino, mas nunca me esqueci da frase, nem de PETRARCA, nem de PETRARCO, nem da venturosa fantasia de eu encontrar um notário selado. E deu-se um dia o caso que, mal ingressando, em 1969, a cursar a Faculdade de Direito da Universidade que já foi a Católica de São Paulo, aproveitei-me dessa intrigante semana de dez dias que alguns idealistas chamam de tríduo do carnaval: alguma dessas Raquéis serranas belas, por cujos olhos inutilmente derramei versos (*ó amada mais que amada/ de mirar encantador/ ama o amor de ser amada/ sofre a dor da minha dor*, etc.), alguma serrana bela me havia feito alguma desfeita e eu, avessado que sempre fui ao carnaval, achei o pretexto de dedicar-me então a uma leitura desdenhosa e acaso academicamente perdulária: tratava de saber um pouco da história do Palácio de *El Escorial*, que se construíra por ordem e discretas indicações de FELIPE II, Imperador cuja trajetória biográfica sempre admirei, e que assim agindo cumpria promessa feita aos céus com a vitória na batalha de San Quintín. Atravessa-me agora a idéia pensar como é estranho que a Princesa de Éboli — ANA MENDOZA DE LA CERDA — fosse fisicamente para lá de atrativa, quando se observa que ela, piscando um olho, se tornava inteiramente cega por um instante... Vi certa vez um seu retrato, num óleo atribuído a SÁNCHEZ COELLO, e compreendi logo o motivo da fraqueza temporária de FELIPE II, um homem de carne e osso que a tempo, contudo, reapareceu santificado, muito graças ao sofrimento e a seu amor por ISABEL, a pequena flor de Valois.

Em meio da controvertível extravagância de minha pesquisa — alguns amigos impiedosos e de vocação poiética sentenciaram que estudar Direito tinha mesmo de dar nessas singularidades —, deparei com a organização da Biblioteca do Escorial, que, em determinado período, esteve a cargo de BENITO ARIAS MONTANO, um humanista nascido em Fregenal de la Sierra (Badajoz), no ano de 1527, perito em exegese bíblica, e com quem, em 1568, FELIPE II

se aconselhara acerca da proposta de PLANTINO, um editor da Antuérpia, para a edição de uma nova Poliglota maior. E, com efeito, entre 1569 e 1572, às expensas do Imperador, começou a imprimir-se essa obra, tendo ARIAS MONTANO, depois de obter de Roma a indispensável aprovação, publicado vários de seus tratados no oitavo dos volumes. Pois bem, para resumir a história, descobri surpreendido que ARIAS MONTANO era *filho de um notário*. Ou seja: PETRARCA já não se desolava na memória da descendência tabelioa: também ARIAS MONTANO, eis aí, maravilhava-me o espírito com ser filho de notário.

Essa nova descoberta de *filiação notarial*, reconduzindo-me à velha e saudosa recitação *Petrarca, filho de Petrarco*, instigou-me a uma pesquisa incidental que, felizmente ou não, terminou por clausurar meu fracassado projeto de estudos sobre o Palácio de *San Lorenzo del Escorial*. Resolvi, então e decididamente, despendar o que restava do longo *tríduo* do carnaval — já que meus versos não conseguiram comover o coração da não sei mais qual intrigante Raquel serrana bela — para perambular pela biografia de escritores espanhóis, sempre à cata de notários e filhos de notários.

Quero, a propósito, confessar um meu antigo e ainda atualíssimo pecadilho metodológico, do qual não consigo ter contrição alguma, nem atrição ao menos: bem sei que, com os recursos da computação e, especialmente, com o vulto da informação acessível na *Internet*, as antigas pesquisas em livros tangidos em papel pelo pobre e solitário do pesquisador eram, por certo, muitíssimo menos *objetivamente* satisfatórias do que as de agora, as que me posso permitir instalado à frente da rapidíssima sucessão de letras e números deste meu *Hewlett-Packard*... Mas *¡que desperdício!* A pesquisa à moda antiga tinha um certo *glamour*, enchia o coração de um encantamento misterioso; era muitíssimo mais *subjetivamente satisfativa*: passavam-se horas inteiras folheando-se índices, refrescando-se o indicador direito (ao menos o meu era o direito) numa esponja de água meio suja, esfolando-se os polegares entre folhas ásperas, fomentando-se os sintomas da rinite, mas, *¿que posso dizer?*, era tudo mais sensível,

parecia mais tangível, mais tátil... se convier, mais romântico. Eu me sentia até docemente vingado da não sei qual Raquel serrana bela, contemplando, com cautela, a belíssima figura de ANA MENDOZA DE LA CERDA.

Apreendi naquela altura algumas informações, por certo incompletas, não tenho dúvida disso, e tratei de escrevê-las numas fichinhas amarelas que meu pai encomendava, bem barato, dos retalhos de uma gráfica. Ainda guardo comigo essas fichas, até hoje, com minha letra que começava redonda e pedagógica, para acabar garranchosa de ansiedade e fadiga. Mal lembrado do carnaval que passava, tomava então à noite uma taça de vinho tinto — um gosto que herdei de meu avô materno e a que, de quando em quando, ainda me rendo com temperamento —, vinho que, tinto embora, eu em segredo refrescava, temendo que me acusassem de heresia vinícola (mais tarde, em Sevilla, ensinaram-me que era ortodoxo resfriá-lo). Punha-me então a reler gostosamente as fichinhas, feliz da vida com meus achados.

Penso, por exemplo, que já pouca gente se recordaria que CERVANTES, relatando um escrutínio de *Don Quijote*, louvou e recomendou a conservação da *Diana enamorada* que escrevera GASPAR GIL POLO, um dos cultores da temática pastoral espanhola, esse GIL POLO que, ao largo do século XVI, foi *notário* em Valencia. Mas isso, que já quase ninguém recorda, está numa de minhas fichinhas amarelas. Deixei também escrito que um óptico, natural de Córdoba (1591), BENITO DAZA DE VALDÉS, escreveu uma obra versando as diferentes maneiras de talhar os cristais para atender as necessidades das várias deformações do globo ocular (*Uso de los anteojos para todo género de vistas*); pois esse DAZA DE VALDÉS foi um *notário* sevilhano — essa Sevilla, cidade de meus encantamentos. Um historiador godo, JORNANDES — isso também está lá, numa das admiráveis fichinhas amarelas —, que viveu no século VI e parte de cuja obra resumiu CASSIODORO, foi *notário* do rei dos alanos. Autor de um manual de cortesia, *El Galateo Español*, LUCAS GRACIÁN DANTISCO, nascido em Valladolid em 1543, foi *notário* em Madrid. JOSÉ CAMERINO, autor de novelas cortesãs (*La Dama Beata*) e que morreu no século XVII, foi também *notário*.

VASCO EGIDIO APONTE, que, no século XVI, escreveu sobre genealogia, foi *notário* em Granada. FRANCESC DE SALES MASPONS I LABRÓS, o folclorista de *La pagesia catalana* e dos *Quentos populars catalans*, um *notário* em Barcelona.

Deixei tudo isso alinhavado nas fichinhas amarelas, ainda que a falta de remissão às fontes documentais, por minha imprevidência e inexperiência, faça severa censura a meu passado de estudante e pesquisador. De quando em quando, acha-se naquelas fichas um sinalzinho qualquer, uma cicatriz mais ou menos indecifrável, dando testemunho de meu transitório desdém pela vida fora das bibliotecas: um coraçãozinho ali, um outro pequeno coração acolá, uma setas que os partiam, as iniciais de meu nome enganchadas com outras de não sei quem, etc. Em todo caso, se um dia, pensei, se um dia se desse a misteriosa ocasião de eu encontrar realmente um notário, assim de carne, osso, rugas e, acaso, selos, tencionava dizer-lhe que era honraria sua ser colega de JORNANDES, de DAZA DE VALDÉS, de GRACIÁN DANTISCO e GIL POLO, de ARIAS MONTANO, de JOSÉ CAMERINO e MASPONS I LABRÓS, de CRISTÓBAL MORALES, o grande músico de Sevilla.

6

Não. Pensei melhor, ao único notário que eu, por sorte, encontrasse em toda vida, falaria a esse que eu achasse: “*eis aí vossa memória: sois colega de PETRARCO, o pai de PETRARCA*”. Mas, não posso silenciar este fato, intrigava-me ao mesmo tempo saber o que eu diria quando alguém, empeçonhando minha esperança, me dissesse que esse notário, herdeiro oficial de PETRARCO, podia, no cáustico dizer de um dicionário, dar sórdida fé do que se fizesse “sem as formalidades do direito”...

Para sorte dos meus desvalidos neurônios, breve povoou-me o espírito a opinião de que *possivelmente* meu prezado dicionário estivesse contaminado de ambigüidades, de metáforas e termos equívocos... A razão da novidade crítica foi um desses achados fulmíneos: num belo dia 26 de maio, eu me estava pondo a percorrer circunstancialmente a hagiografia, e, no calendário pré-conciliar, era então data do músico, poeta e *santo* FELIPE NÉRI, que, para mais e tal como PETRARCA, era também *filho de um notário florentino*.

Pois bem, *florentino*, eu continuava a saber o que era. *Santo*, porém, isso era outra coisa que já não compreendia mais ao certo, porque eu vinha de um tempo que me diziam inteiramente ultrapassado, embora nunca me tenham feito a generosidade de esclarecer *quem* ou *o que* ultrapassara as verdades que antes me haviam ensinado. ¡Que bela culpa a minha! ser de um tempo em que, a cada domingo, me cabia, com a melhor roupa que tinha, assistir reverentemente, sob os vigilantes olhares de minha mãe, a missa então celebrada por um padre e em latim. Súbito, na minha primeira mocidade, passaram a censurar-me o vocabulário, os conceitos e os juízos: “*missa não se assiste, seu moço: participa-se da mesma*” (corrijo eu: *dela*); “*em latim não, meu rapaz; em vernáculo, por favor*”. E alguma vez batendo palmas, como num estádio de futebol, outras dando-se as mãos, à maneira da *ciranda, cirandinha* que eu vira minhas primas dançando no tempo

da minha infância, mas que parece retornada à moda, ainda que possivelmente em hora e lugar errados. Fizeram-me saber também que a nova missa é *presidida* pelo padre e concelebrada pelo *seu* João e pela dona Joanete, que não sabem patavina de teologia, mas têm ótimos rudimentos de sociologia, quero dizer: vivência de socialização. ¡Que coisa! ¿Será que o Padre Eugênio, fico eu a pensar, aquele bom padre que me deu a primeira comunhão e me fez repetir em latim, eu que usava calças curtas, o *Dominus, non sum dignus ut intres sub tectum meum*, estará, à conta desse latinório, fadado às baixezas do inferno? ¿Será que a minha querida Walderez, fazendo com que eu memorizasse uma a uma as respostas do CATECISMO DE SÃO PIO X, será que ela, por culpa de sua catequese *demodée*, estará vivendo agora em companhia eterna do pobre Iscariotes? Entrego isso ao cuidado dos teólogos e, *pour cause*, dos sociólogos, pois não fui eu — foi SÃO PIO V — quem impôs a missa *velha* (e foi canonizado...). O que importa dizer aqui é que na minha pobre cabeça de acadêmico de Direito não entrava então a idéia de que o bom DEUS fosse dar a um santo de tanta Fé na Verdade, como foi FELIPE NÉRI, um pai que, por ofício, torpemente desse fé ao que sabia não ser verdade. Não, um notário não pode ter a vileza oficial de legalizar o que não é justo.

Minhas fichinhas amarelas permaneceram fiéis e recatadas por longos vinte e nove anos. Como eu também, a despeito de minhas falências, permaneci recatado e fiel à mesma doutrina que a seu tempo me ensinaram piedosamente meus pais, minha tia Walderez e o Padre Eugênio.

Na La Barca, reencontrando Molière

7

Vinte e nove anos depois: janeiro de 1998. Chovia outra vez. Súbito abria um sol esperançoso e, logo, outra chuva, num penduleio aborrecido que punha à prova a virtude da paciência. Com o pretexto de não esfriar estes meus ossos já antiquados e ultimamente meio descaídos, entrei na *La Barca* — numa galeria da Mitre — pela não sei que vez em uma semana. Sabia onde os donos, dois de meus bons amigos livreiros, ali ordenavam cada obra. Ano após ano tenho freqüentado aquelas estantes. ¿Que fazer nas férias de janeiro numa cidade que deveria ser feita só de neve e que vivia num verão, pois, pois, sem neve e, por não sei que deslize, com chuva? Nesse dia, ali fiquei revisitando CHESTERTON e HILLAIRE BELLOC, folheando uma gramática *tupac amaru* e divertindo-me com uma curiosa história ou estória dos *buriloches*, até que deparei, a espreitar-me do canto em que se amontoara, uma tradução espanhola, uma versão castelhaníssima de MOLIÈRE.

Lembrei-me pronto e terrivelmente das palavras cáusticas de um bom amigo, JOSÉ RONALDO CURI, com quem, no Círculo Argentino, faz tanto tempo, compartilhei algum estudo de literatura hispânica: “*¡que arbitrio!*”. Eu de minha parte rematava: “*mas ¡que diversão!*”. *Pibes*, ¿querem aprender castelhano? Pois, digam rápido então: *La gaviota de la novia estaba en la feria del barrio...* Era o que chamávamos, para horror de nossa *guapa* e argentiníssima professora, um mero *cambalache* de letrinhas: isto é, o mais desatento dos alentejanos saberia conaturalmente falar o idioma de Castilla: bastar-lhe-ia proceder à troca de posição de umas tantas letrinhas... Gaivota não, *gaviota*; noiva não, *novia*; feira não, *feria*; bairro não, *barrio...* *Pibes*, não se preocupem: com esse português de solecismos estão a falar o castelhano... quando erram num idioma, acertam noutro.

Nessa agora *veraniega* San Carlos de Bariloche, não haveria coisa mais divertida do que ler *Las Mujeres Sabihondas* de MOLIÈRE ao invés de revisitar *Les femmes savantes* que eu lera na mocidade longínqua, *El Médico a Palos* e não *Le médecin malgré lui*. Minha admirada língua castelhana: põe-se aqui a descoberto a razão pela qual a cachorrinha que minhas filhas me forçaram a comprar se chama *Hechizera* (vulgo *Hechi*). ¡Que arbítrio e diversão! Não deixava de alcovitar-me a idéia de que Toinette, *la servante* de *Le malade imaginaire*, terminaria por ser — como de fato o foi — *la sirvienta* Antonia de *El Enfermo Imaginario*. Comprei a obra. Não poderia deixar de fazê-lo. Carreguei-a sob a chuva, mais agasalhada do que meus ossos. Aquilo era uma ocasional preciosidade. Nem o sol, que logo veio e ficou mais tempo a tentar-me com uma visita ao cerro Campanario, me faria já sair do quarto do hotel, contanto que eu me pudesse divertir com um MOLIÈRE *toreado*. Dessa vez, nem as justíssimas queixas de minha mulher, pacientemente resignada a meu lado num quarto do *Edelweiss*, torpedearam minha divertida leitura de *El Enfermo Imaginario*...

8

Reencontrei então Argan, Béline e Angélique, ou melhor: Argán, Belisa e Angélica. E dei de cara com Monsieur Bonnefoy (*es decir, el señor Bonafé*), o notário de *Le malade imaginaire*. ¡Minhas fichinhas! ¿Onde estariam aquelas companheiras de pesquisa, exatamente agora, vinte e nove anos depois, que eu de novo as poderia ir preenchendo? Lamentei-lhes a falta. Dei-me ocasião de referi-las largamente à minha mulher e a mais pequena de minhas filhas. Só não fiz, por discrição, referência alguma às antigas Raquéis serranas belas, que hoje, suspeito, beiram o risco de ser respeitáveis avós. Mais de mil quilômetros me convenceram de que seria possível dessa vez ceder, sem possível desonor, ao vórtice dos tempos: quero dizer, comprei umas fichinhas pós-modernas, para mais argentinas e ao gosto de minha filha mais nova. Pouparam-me essas fichas o desgosto de não tomar nota de coisa alguma, por mais que não me agradasse, em todo caso, escrever em fichinhas verdes. De novo, minha letra começou redonda e pedagógica, terminando, como sempre, garranchenta. Bonnefoy, digo: Bonafé, não perdia por esperar.

Devo admitir que durante boa parte de minha vida corri o sério risco de alistar-me, a exemplo de Argan, o *malade imaginaire*, entre as vítimas propiciatórias de tipos como Diafoirus, Purgon e Fleurant. Penso mesmo que se hoje pareço livrar-me dessa propensão às enfermidades fantasiosas é exatamente por um ápice paradoxal de minhas doenças imaginárias. Deixem-me explicar um pouco o assunto. É verdade que outrora essas minhas moléstias imaginativas se atenuavam sem muito estrépito, à custa de seu insistente dinamismo: isso eu devia, com efeito, à impressionante e suponho inominada doença da sucessão de minhas enfermidades. Quero dizer, nem bem eu me podia acostumar, por exemplo, em descobrir-me molesto por uma gravíssima tenossinovite e já a relaxava em proveito de uma disacusia neurosensorial repentina e incurável que, dois dias depois de manifesta e definitivamente instalar-se em minha vida (digo melhor: em minhas orelhas), cedia

por sua vez lugar a três doloridos cálculos biliares, sucedidos de logo por um ameaço tenebroso de pneumonia, que dava azo a uma temível e fulminante silicose, suplantada sempre por uma generosa e saborosíssima costela de porco, causa invariável e deliciosa com que minha mãe me propiciava freqüentes e decisivas cisticercoses. É um mistério que eu ainda esteja vivo para contar a sucessão de minhas tantas afecções e quantos achaques e relatar tudo o mais que eu padecia sem ter, de resto e minimamente, ocasião até para umas medicinas curativas, pois que sempre elas tarde chegariam, apanhando-me quando já eu tivesse mudado de doença. E nada pior e de mais desdouro do que enfermar-me adicionalmente com remédios já inapropriados à doença do dia.

Li, por óbvios motivos, os dois valiosíssimos volumes do Professor MAFFEI e elegi um livro de cabeceira — *de cabeceira*, pois que era acamado, sobretudo, que eu, um doente estável, permanecia, salvo quando, por exigências do senso comum, originadas as afecções de uma insistente postura ortostática, eu, advertido da universal relação de causalidade, punha logo em ato a causativa correspondente: ficar de pé. Como eu ia dizendo, minha leitura preferencial, por essa altura, isto é, o meu livro de cabeceira, era o de MAX BÄRSCHNEIDER, *Diagnósticos Clínicos*, que eu freqüentava como se fosse o *Livro das Horas*. Foi durante uma crise de hipoacusia, quando então passei a ler o magnífico *Tratado de Audiologia Clínica* do Professor HUNGRIA, que se deu um acontecimento ímpar e de soberba importância na minha vida: descobri, já não me lembro como, que era estatisticamente confirmável a tendência dos juristas em conviver com afecções imaginárias. E essa maravilhosa descoberta — a de uma certa intimidade entre os entendidos do Direito e as doenças fantasiosas — levou-me à exaltação de minha hipocondria, que eu, por certo, anelava fosse a melhor e mais completa manifestação de uma temível, definitiva e decisiva enfermidade. Foi então que consegui padecer da mais óbvia das doenças que me podia em vida atingir: deu-se que minha hipocondria se fixou em, de modo anômalo, fugir das estatísticas confiáveis, evadir os números que eram *senal de normalidade*. Para ser, enfim, mais hipocondríaco resolvi, gloriosamente, que padeceria eu de uma doença mais grave que a

de todos: a doença de não ter, como tinham todos os juristas *normais*, umas duas ou três doencinhas... ¡Não! Um jurista hipocondríaco que se respeite deve ser um combalido fundamental, e a única forma estatisticamente respeitável de ser um jurista verdadeiramente adoentado está em *ser sadio*. O mais verdadeiro, pois, e completo jurista achacadiço deve queixar-se de não sofrer de nenhuma doença.

Essa explicação torpe e larga, que pode até parecer um excursão, tem aqui uma patente razão de ser: foi necessário esclarecer o motivo pelo qual tenho tamanha simpatia por Argan, Diafoirus, Purgon e Fleurant. Porque eles são personagens de um mundo próximo e enfermado ao que me cabe viver neste século XX.

Dando de cara com Bonnefoy...

9

É verdade que, no quarto do hotel, em Bariloche, ao ler o MOLIÈRE *toreado*, eu já antes tivera a dita de conhecer grandes notários, sem nenhum selo colado à testa, mas com um selo fundo e identificador da grandeza de um ofício. Dou-lhes exemplos com JUAN VALLET DE GOYTISOLO e AUGUSTO FIRMO DA SILVA. Aquele notário catalão, a quem me apresentara, fazia muitos anos, nosso amigo comum e meu grande mestre que foi JOSÉ PEDRO, desvendara-me, em profundíssimos estudos, o método — sobretudo notarial — da determinação consensual do direito. Entre os da hispanidade de cá, AUGUSTO FIRMO eu tive a feliz ocasião de conhecer pessoalmente e de assisti-lo interromper por generosidade e em meu apoio uma pequena palestra que eu perpetrava faz tempo em São Paulo: foi magnífico ouvi-lo vindicar a honra da instituição. Mas nada disso me tirava o gosto de reencontrar, *chez Argan*, o notário Bonnefoy...

Por esta vez, só desta vez, a imaginação ao poder, ou melhor: ao escrever. Rédeas soltas à louca da casa: instalo-me primeiro, é verdade, por questões de simpatia, ao lado, provisória e respeitavelmente, de Angélique, com suposta licença de Cléante (se ele a negasse, eu o excluiria da história). Angélique: aqui a retrato, em minhas fantasias, como certa vez aventei a mais amável das serranas belas, aquela que um dia, encontrada por sorte no mundo real, se mostrou ainda mais amável e surpreendente. MOLIÈRE a designou Angélique; eu, se pudesse, preferiria chamá-la ingenuamente princesa ou rainha e, se calhasse, em latim, *Regia Virgo* ou, simplesmente, *Regina*. Mas, deixada à parte a fantasiosa descrição estética, é pelas suaves mãos da personagem da pequena Louison que me vejo invadindo a sala onde se acham Argan, Béline e nosso Bonnefoy. Cativa-me essa Louison, porque a imagino qual uma realíssima e pequena

azêmola, rindo-se inocentemente das parvoíces de Fleurant e da custosa credulidade de Argan: parece-me vê-la três vezes bater levemente na fronte (*stupid, stupid, stupid*), dizendo em seguida e graciosamente: *dirty, ki-dirty, ki-dir-dir-dirty, nerd, ki-nerd, ki-ner-ner-nerd...*

Misteriosamente, eles não se dão conta de minha incômoda presença: descobri que para isso conspiram favoravelmente as circunstâncias, pois eu me meti na cena IX do primeiro ato, como consta da tradução espanhola, ao passo que na realidade francesa tudo se passa na cena VII daquele ato. Suspeito que essa discrepância seja apenas uma etapa a mais de um compreensível enfado hispânico, que muito bem exprimiu a confissão de um honrado espanhol: *yo seré español, mientras tengamos un sol distinto del sol de Francia...* Por algo, em todo caso, como descobri num dos artigos reunidos por PAUL JOHNSON em seu *To Hell with Picasso*, resolveu ele mais não beber *champagne* francês: que lhe trouxessem o vinho espanhol ou italiano.

Acho-me, pois, sentado confortavelmente ao lado de Monsieur de Bonnefoy. Verifico, sem surpresa alguma, que ele não leva nenhum selo na fronte. Argan havia feito antes muitas contas: é verdade que Fleurant, seu espertíssimo boticário, manipulava corretamente as prescrições — poderia Argan lembrar-se, ao acaso, da eficácia da medicação a que se referia o item vinte e seis da larguíssima conta: um clister carminativo, *pour chasser les vents*, digo: *para expulsar las flatuosidades* —, mas, cobrando Fleurant tão custosamente como o fazia, *on ne pourra plus être malade*, digo: *no podrá nadie ponerse enfermo*. Toinette parece ter razão: com tantas fantasias de enfermidade, Argan, o pobre achacadiço, se convertera, para seu médico Purgon e para Fleurant, numa boníssima *vache à lait*. Se fossem só problemas de contas e de remédios sem fim, vá lá, mas além disso Argan enfrentava as insistentes artimanhas de sua segunda mulher, Béline (ou Belisa), que ansiava por encaminhar suas *belles-filles* Angélique e Louison à vida religiosa, para com isso empossar-se do dinheiro de Argan. Contra esse objetivo da madrasta, Angélique se vê destinada pelo pai a casar-se com Thomas Diafoirus, futuro

médico e filho de outro médico que é cunhado de Monsieur Purgon, médico também: Argan deseja um genro médico e, para mais, parente de médicos. Vai-se além, pois Angélique, apaixonada por Cléante, não parece ter mínima vocação para o convento, se é que ora ainda se autorizam critérios de outros tempos, porque MOLIÈRE não se aventurou a inquirir acerca de alguma participação efetiva de Angélique em movimentos políticos, participação que, hoje, para alguns, se tomaria como um reluzente indício de sua inteira e acabada adequação à vida religiosa. Também há o dinheiro de Purgon, que, solteiro, suspeita-se que vai deixá-lo para o sobrinho (Toinette, a propósito, não resiste: ¡quanta gente Purgon haverá matado para ter enriquecido tanto!). Béline encontra-se com Argan, que anela compensar-lhe a solicitude amorosa e se declara disposto a *faire son testament*. “Não falemos disso, eu vos peço”, responde-lhe de imediato a mulher, acrescentando prontamente: “o só vocábulo *testamento* faz-me estremecer de angústia”. Argan retruca: “Eu vos tinha dito que avisasse nosso *notário*”, e Béline, aquela que não podia sequer sem miserável sobressalto ouvir a palavra *testamento*, diz logo que chamara já o notário: “*Ei-lo aí dentro, eu o trouxe comigo*”.

É nesse exato momento que intervenho na economia da comédia, guiado, como disse, pelas mãos da doce Louison, e na qualidade de simples observador. Argan saúda Monsieur de Bonnefoy, referindo-se-lhe à honorabilidade, a ele noticiada por Béline. Insiste em que se elabore um *testamento*. O notário então o adverte de que nada poderia deixar ele à mulher em *testamento*, porque assim o impediam os costumes. Argan lastima-se e declara que deseja consultar seu advogado para ver como solucionar a questão. Bonnefoy retoma a palavra:

“Não é preciso recorrer a advogados, que de ordinário são severos nesses casos e imaginam que é um grande crime dispor em fraude à lei. Vêm dificuldades em tudo e ignoram as sutilezas da consciência. Deveis consultar a outras pessoas mais acomodáticas, que têm expedientes para ladear habilmente a lei, convertendo em justo o proibido; pessoas que sabem aplainar as dificuldades de um assunto e acham meios para iludir os costumes por algum procedimento. Se não se pudesse fazer assim, ¿onde iríamos parar?

É preciso facilitar as coisas; de outro modo não faríamos nada e eu não daria uma só moeda por meu ofício”.

Proclama então Argan que Monsieur de Bonnefoy é um homem muito hábil e muito honesto: *fort habile, et fort honnête homme*. Pobre Argan, um completo *malade* da imaginação...

10

Teria eu muito gosto em permanecer na companhia de Argan, Béline e Bonnefoy, ao menos para poder reencontrar-me com Angélique e Louison, se não me tivesse comprometido a escrever umas *breves notas* — como reza o título desse artigo —, notas que, disto me vou dando conta, se estão alargando mais do que o conveniente. Em todo caso, não quero ultimar estas pequenas reflexões sem considerar um pouco o fato de que as sobreditas palavras de Monsieur de Bonnefoy soam aos meus ouvidos como uma exatíssima confirmação do meu velho dicionário. Um jurista acomodaticio que tem “expedientes para marginalizar habilmente a lei, transformando em justo o proibido”: eis o notário, *selon* Bonnefoy. E assim como Fleurant não passa da figura de um *apothicaire* espertalhão, Bonnefoy não passa ele próprio do modelo de um *notaire* perverso e corrompido. Quer dizer: o notário, conformado ao figurino de Bonnefoy, é quem por ofício legaliza o torto, é quem dá aparência de legalidade ao que se faz fora do direito, é alguém que perverte, por ofício, e corrompe o direito...

Se fosse assim, para o céu iria o autor do meu dicionário e, para o inferno, Petrarco e o pai de Felipe Néri.

Não. O senso comum adverte que não pode ser assim: não se trata só de eu ter lido e admirado o tanto que escreveu VALLET sobre a função notarial e ouvido e admirado o quanto falou AUGUSTO FIRMO defendendo a instituição. Não. Eu tenho mais a fundada *esperança* de que o notário latino seja o melhor, o mais sério dos prudentes elaboradores negociais da *res justa*. Não pode ser ele, à maneira de Bonnefoy, um profissional do Direito que valha algumas moedas porque tenha a *habilidade* de contornar a lei e bastardar o direito. Não se trata aí só de uma possível e humanamente miserável deficiência pessoal. MOLIÈRE, por exemplo, em *L'école de maris*, diz que Sganarelle ouve de um comissário a observação de que certa personagem, notário real, era, *de plus*, homem honrado. Isso acréscimo pode ser compreendido de

maneira pontual — fruto da deficiência humana, herança do pecado original — ou em sua essência: o notário, na figuração de MOLIÈRE, não é, em princípio, um homem honrado. Aqui antes e essencialmente está a versar-se um modelo, um paradigma de notário, cujo ofício honesto — e não o sordidamente proclamado por Bonnefoy — vale infinitamente mais do que uma simples moeda ou, por acaso, do que trinta delas, essa quantidade histórica da traição e da injustiça. É, mais além desse nivelamento patrimonial, um ofício que não se conta realmente por moedas.

Moedas... ¿Que significam verdadeiramente elas? Outro dia, passava na esquina da Florida com a Córdoba e ao meu encontro veio uma pobre velha, pedindo-me *una moneda, por favor*. Dei-lhe a que tinha por então no bolso e ela, para minha surpresa, recompensou-me com um pequeno e delicioso poema: *Una moneda, papá/ Una moneda, papá/ Pa' que la qué, pa' que la qué/ Paga', paga', café, café.../ Pero, papá, esa moneda/ Que al pobre dá/ Con ella, a Dios paga', a Dios paga'...* É isso aí: a moeda pode ser de fato um instrumento do egoísmo — o meu “paga', paga', café, café” — ou ser um meio de *a Dios paga'*, uma certa paga de justiça e de piedade.

11

Pensei outro dia em fazer com que a Cláudia Colau e as duas Fiorotto — a Daniela e a Marcela —, minhas estimadas amigas e discípulas, não passassem pelas amargas dúvidas juvenis que passei sobre o conceito e a realidade do notário. Que não fossem atrás de dicionários velhos, nem, o que seria possivelmente frustrâneo, atrás de dicionários novos. Que sobretudo não ficassem meditando sobre notários com selo na testa. Pensei logo em levá-las a conhecer algum notário de carne e osso, um notário duma grande cidade. Lembrei-me de ***, homem honrado, a quem me envaidece a consideração, um notário de longa data em uma grande cidade. Relatei-lhe a pretensão pedagógica, e ele me desanimou de realizá-la na cidade grande. Veja bem, disse-me ele com intocável sinceridade, estaríamos a correr um grave risco: suas alunas, vindo a meu *cartório* (acentuou o tom ao pronunciar essa palavra), veriam logo dezenas de afanosos juristas, aconselhando partes, examinando documentos, estudando leis e contratos, elaborando minutas, corporificando escrituras, lendo-as a outorgantes e testemunhas, etc. Isso é: perceberiam uma atuação notarial. Mas, prosseguiu meu considerado notário, essas alunas, decerto, tratariam de perguntar: *¿são eles os notários?* ¡Que bela coisa para indagar de um amigo! *Não, senhoras, não são juridicamente os notários.* O notário da cidade grande, *pibes*, ao menos ele, não passa em geral de ser um subscritor de papéis e recibos — autorizado, não se nega, de todo autorizado — alguém que o competitivo mercado jurídico-negocial levou à tarefa fatigante e quase exclusiva de ocupar-se em locar mesas e cadeiras, em locar papéis e telefones, em locar uma denominação e clips, furadeiras, borrachas, lápis e canetas, água, café e, mais que tudo, um lugarzinho ao sol — e, no verão, à sombra —, para aquelas dezenas de pressurosos juristas que, de fato, lhe fazem as vezes. A esse notário cabe ainda receber a moeda das locações e parte da moeda dos negócios instrumentados... Pois, *¿*que tempo teria ele para o *respondere* e o *cavere* que fazem a essência de sua função jurídica? Não há hipótese, não há minimamente pensar, ao menos nas grandes

idades, que, diante da realidade da estrutura cartorial do notariado brasileiro, possa o pobre do notário, queira ou não, ocupar-se em ser notário... Os afadigados juristas que estariam as alunas a ver trabalhando, meros prepostos dos notários, aqui para nós (confidenciou ruborizado meu pobre amigo), acabam sendo eles notários *de fato*.

12

Chez Argan, Monsieur Bonnefoy dizia torpemente as coisas com todas as letras. E o ingênuo *malade imaginaire* imaginava por acréscimo que aquele Bonnefoy era um homem honesto — *fort honnête homme*. De minha parte, eu que não passo de ser um homem comum e defectivo, não posso dar fé pública mas, por acaso, posso ir dizendo as verdades que entendo, o que é como dar moedas *pa' Dios paga'*. Pois que as anotara nas velhas fichinhas amarelas e um pouco nas verdes pós-modernas, então as disse neste artigo, *pa' Dios paga'*.

(S.Parnaíba, 29 de julho de 1998).